

# INFORMATIVO TRT2

Execução



N. 11 | Novembro 2021

Tema: Carta simples - nulidades



## Sentenças

### Desconsideração da personalidade jurídica

Vício de citação por carta simples levou à extinção de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, com consequente liberação dos valores bloqueados no SISBAJUD e anulação dos atos processuais praticados sem participação da reclamada. [Proc. 1000179-02.2020.5.02.0432](#)

### Litigância de má-fé

Executada é condenada por litigância de má fé ao tentar provocar nulidade processual, alegando desconhecimento de notificação da sentença realizada pelo e-carta sem rastreo, em endereço de sua filial. [Proc. 1000317-72.2021.5.02.0063](#)

### Pandemia

Sócios de empresa reclamada conseguem devolução de valores bloqueados em conta bancária por ausência de prova da efetiva entrega de citação realizada por carta simples, que não pode ser presumida como válida sobretudo no contexto de pandemia. [Proc. 1000269-28.2020.5.02.0232](#)

### Penhora

Indeferido pedido de liberação dos valores penhorados nos autos à embargante que não conseguiu provar o não recebimento da citação por carta simples, enviada para seu endereço, nos termos da Súmula n. 16 do TST. [Proc. 1001224-55.2020.5.02.0492](#)

### Prova

Empresa executada, que alegava o não recebimento de notificação por carta simples enviada para endereço correto, não consegue reabertura da instrução processual com nulidade dos atos praticados, por ausência de prova. [Proc. 1000695-09.2021.5.02.0231](#)



## Acórdãos

### Sócios

Sócio incluído incidentalmente na execução consegue a

### Pandemia

Embargante não consegue afastar a aplicabilidade da Súmula n. 16 do TST para a decretação de nulidade de citação por carta simples, com a mera alegação de que o estado de calamidade pública, em razão da pandemia da

### Prova

Empresa executada não consegue invalidar as intimações dos sócios realizadas por carta simples ante a ausência de devolução das correspondências pelos Correios com aviso de negativa da entrega. [Proc. 0207700-](#)

decretação de nulidade da notificação postal realizada por carta simples, para manifestação sobre o incidente de descon sideração de personalidade jurídica. [Proc. 1001599-53.2016.5.02.0021](#)

COVID-19, tenha prejudicado serviços públicos. [Proc. 1000536-72.2020.5.02.0014](#)

### Infoseg

Agravante não consegue desconstituir penhora sobre imóvel sob alegação de ausência de relação com o endereço constante no Infoseg. [Proc. 0024800-40.2006.5.02.0022](#)

[52.2002.5.02.0241](#)

Empresa agravante que alegava que o estabelecimento empresarial se encontrava "em um prédio sem controladoria de acesso" não consegue anular as notificações realizadas corretamente em seu endereço. [Proc. 1001750-34.2019.5.02.0079](#)

## Estatística do TRT2

Tempo médio em meses				
Tribunal	2017	2018	2019	2020
TRT1	31	31	21	20
TRT2	26	49	69	31
TRT3	51	60	65	34
TRT4	43	34	23	24
TRT5	43	45	37	23
TRT6	9	12	15	18
TRT7	35	27	14	19
TRT8	20	35	33	36
TRT9	15	17	16	13
TRT10	25	20	23	46
TRT11	28	32	32	37
TRT12	18	26	30	14
TRT13	23	40	25	30
TRT14	36	46	45	36
TRT15	19	18	21	25
TRT16	23	42	38	45
TRT17	7	13	23	23
TRT18	9	37	23	30
TRT19	56	59	53	42
TRT20	14	14	25	26
TRT21	1	25	35	32
TRT22	23	26	25	19
TRT23	12	12	15	19
TRT24	11	24	30	16
JT	29	33	47	25

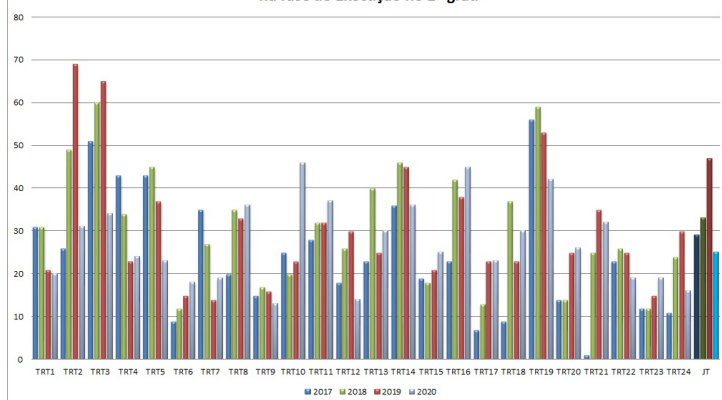
### Tempo médio de sentença na fase de execução no primeiro grau na Justiça do Trabalho

Segundo o anuário Justiça em Números do CNJ, o tempo médio de sentença na fase de execução no primeiro grau na Justiça do Trabalho caiu quase que pela metade no ano de 2020 em relação ao ano de 2019, passando de 3 anos e 11 meses para 2 anos e 1 mês.

Dos 24 Tribunais do Trabalho, onze (46%) apresentaram diminuição do tempo médio de sentença na fase de execução e treze (54%) mantiveram ou aumentaram esse tempo.

No grupo dos tribunais de grande porte (TRTs 1, 2, 3, 4 e 15), três obtiveram tempo médio de sentença na execução

Tempo Médio, em meses, de Sentença na fase de Execução no 1º grau



Fonte: Coordenadoria de Estatística do TRT2

menor em 2020 que em 2019.

No TRT2, o tempo médio de sentença na fase de execução apresentou a maior diminuição entre todos os tribunais, passando de 69 meses, em 2019, para 31 meses, em 2020. Uma diminuição de mais de 3 anos.

## Atos normativos

**Portaria n. 12/CR, de 27 de outubro de 2021** - Determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face de Jockey Club de São Paulo e dá outras providências.

**Portaria n. 13/CR, de 27 de outubro de 2021** - Altera a Portaria n. 3/CR, de 18 de maio de 2021, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções relacionadas em face de Santos Futebol Clube e dá outras providências.

**Portaria n. 14/CR, de 9 de novembro de 2021** - Altera a Portaria n. 23/CR, de 10 de dezembro de 2020, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião, no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções em face de Gafisa S.A e dá outras providências.

**Portaria n. 15/CR, de 12 de novembro de 2021** - Altera a Portaria n. 2/CR, de 14 de janeiro de 2021, que determina a suspensão temporária, para fins de reunião no Juízo Auxiliar em Execução, das execuções relacionadas em face de Associação Portuguesa de Desportos.

**Resolução n. 314/CSJT, de 22 de outubro de 2021** - Dispõe sobre a gestão dos Precatórios e das Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça do Trabalho.

**Ato n. 15/GCGJT, de 27 de outubro de 2021** - Institui a Plataforma de Pesquisa Patrimonial da Justiça do Trabalho (PPPJT) de que trata o parágrafo único do art. 4º da Resolução n. 304/CSJT, de 24 de setembro de 2021.

**Resolução n. 438/CNJ, de 28 de outubro de 2021** - Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução n. 303/CNJ, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.

TRT-2 fecha a Semana da Conciliação com 86,7% de acordos homologados

Falsidade documental em processo de execução gera multa por litigância de má-fé

TRT-2 encerra 293 processos em execução contra empresa de ferragens

## Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272  
CEP 01302-906 - São Paulo - SP

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis

Revista do Tribunal

JurisConsolidada